



Anais da Assembléia

N.º 75

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Fuad Nacli, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Renato Bernardi, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Wilson Fortes. (12). Em licença o Senhor Deputado Valduga (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Ofício nº 152/81

Curitiba, 23 de junho de 1981.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, comunica a Vossa Excelência, para os devidos fins, que passa a integrar, nesta Casa, a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por ter se filiado ao citado partido político.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1981.

(a) RENATO BUENO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos legislativos desta Assembléia, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. FRANCISCO ALVES MEDEIROS, ocorrido de maneira trágica na última semana, em Curitiba.

O lamentável fato veio enlutar a Igreja Batista do Cajuru, onde exercia o cargo de Diácono.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada e à Igreja Batista do Cajuru.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação de voto de pesar pelo falecimento da Senhora RUTH DIHEL SERRA RENZI, ocorrido na Cidade de Bandeirantes.

A extinta foi professora pioneira no Bairro Usina, na Cidade de Bandeirantes, a qual dedicou-se com esmero à profissão que a tornou conhecida naquela comunidade.

Com o seu passamento, consternou imensamente seus filhos Maria Clara, Antônio e Paulo Roberto, e ainda mais, toda a sociedade bandeirantina da qual gozava de muito prestígio e afeto.

Uma vez aprovado o presente, requeiro que da decisão da Casa se dê conhecimento à família enlutada na Cidade de Bandeirantes neste Estado.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício aos ilustríssimos Senhores OSVALDO COLIN e NORBERTO DA SILVA RATTO, digníssimos Presidente e Superintendente Regional do Banco do Brasil S.A., respectivamente, solicitando a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O documento da Câmara de Vereadores de Corbélia, expressa a profunda preocupação do povo daquele rico município, uma vez que os Vereadores de todas as representações partidárias, por unanimidade, subscreveram a petição cuja cópia acompanha este requerimento, pedindo a instalação da agência desse Banco na sede municipal.

Esta promoção é uma reivindicação justa e antiga, porque trata-se de um município cujas fronteiras agropecuárias justificam plenamente a instalação de uma agência, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico dessa região.

Não é a primeira vez que a população se mobiliza para essa finalidade, e a distância que existe para Cascavel atender aos agricultores é muito longa e o resultado financeiro dessa instalação se verificaria imediatamente após o início dos seus serviços, eis que embora a sede municipal seja próxima a Cascavel, o território do município destaca-se em muitos quilômetros do centro regional, que é Cascavel, e até mesmo da sede do próprio município.

Basta verificar-se que tanto na sede de Corbélia quanto ao Distrito de Braganey estão instalados entre-postos de Cooperativa Agropecuária de Cascavel (COOPAVEL), cujos graneleiros representam a pujança da produtividade agrícola do mais

alto interesse para as exportações brasileiras e para os aumentos de consumo interno.

A implantação dessa agência significa também uma larga faixa de economia no consumo de combustíveis, poupando ainda considerável dispêndio de tempo na busca de financiamento através de reiteradas viagens de mais de 70 km de Cascavel.

Nestas condições, é do interesse econômico do próprio País, a instalação dessa agência mais próxima dos setores de produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, seja endereçado ao Sr. Governador do Estado, pedido de concessão de um abono de emergência ao servidor do Estado, civil e militar, da ativa e aposentado, a fim de fazer face às distorções provocadas pela incontável espiral de inflação que assola o País.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, seja encaminhado ao Sr. Secretário da Educação, pedido de pagamento dos vencimentos atrasados dos professores suplementaristas, a viverem hoje, situação de extrema dificuldade.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muita satisfação participamos, na manhã de hoje, de um acontecimento histórico para a comunidade adventista, que foi o lançamento do carimbo comemorativo ao cinquentenário da Assistência Social Adventista, realizado nas dependências do Centro Educacional Adventista de Curitiba, à Rua Carlos de Carvalho, 400, com a presença do Dr. André Luiz dos Santos, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do Sr. Rui Santim, Diretor do Setor Filatélico, do Pastor. Valter Keller, Presidente em exercício da Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia e de outras altas autoridades civis, eclesásticas e de representação militar, que ali estiveram para dar prestígio à programação que foi brilhantemente liderada pelo homem das comunicações, Elon Garcia.

Foi lembrado o magnífico trabalho desenvolvido por pioneiros da obra assistencial em lanchas médico-missionárias do Brasil.

Na ocasião o Pastor Edén Pita, que é o responsável pela Assistência Social Adventista, no Estado do Paraná, fez um pronunciamento que tomo a liberdade de ler nesta oportunidade, para ficar registrado nos Anais históricos deste Parlamento.

Disse o Pastor: "Para se falar da LUZEIRO I, é obrigatório falar-se de Léo e Jessie Balliwell, casal de missionários que trocaram o conforto de seu País, os Estados Unidos, pelo escaldante sol da então inóspita Amazônia. Foi ele o iniciador da missão de lanchas-ambulatórios para os rios da Amazônia, sendo portanto o criador da Lancha LUZEIRO I e seu comandante por 25 anos.

Em 1921, é lançada em Belém do Pará a primeira lancha-ambulatório. Era o começo de uma frota de "LUZEIROS" espalhadas em vários rios do Brasil, incluindo a nossa LUZEIRO DO SUL, na baía de Paranaguá.

Em toda a extensão do magestoso Amazonas, incluindo seus afluentes, não há sequer uma ilha, nem mesmo igarapés ou igapós, furos ou paranás que não conheça ou não tenha recebido algum auxílio de Léo Balliwell e sua LUZEIRO I.

Seguir o roteiro da lancha não era tarefa fácil, uma média diária de 60 km pingados pelas margens dos rios ele é saldado como doutor, pastor ou missionário. A prática adquirida ao longo dos anos, tem por suporte um forte espírito de filantropia tão escasso nos dias de hoje. Léo e Jessie, com uma prática espontânea em clínica médica, farmacologia, fisioterapia, hidroterapia, primeiros socorros, dietética e pequenas cirurgias, puderam enfrentar as chamadas doenças tropicais, tais como: verminose, desnutrição, doenças hepáticas, infecções várias e a temível malária.

O dia na LUZEIRO I começava cedo. Dada a partida, nas margens vão aparecendo panos brancos agitados pelos moradores, é o sinal de socorro. É o pedido para que a LUZEIRO I, pare, pois tanto pode ser um doente para ser medicado ou algum caboclo agradecido a oferecer algum presente para Léo.

Em algumas localidades, há pontos certos de paradas face a vários fatores, especialmente a importância do aglomerado humano. Embarcado, leme na mão, Léo perdia a noção do tempo; era o capitão atento. Parando a lancha, era o médico dedicado usando todos os recursos possíveis para transmitir noções de uma vida melhor ao caboclo. Quando terminava de medicar — e muitas vezes a esta altura já é noite cerrada — levava para as barrancas do rio um projetor de "slides" e dissertava sobre a alimentação sadia, o que se devia comer com pouco dinheiro, como acabar com o vício do fumo e do álcool. Tudo dito com simplicidade. O sotaque americano não atrapalhava, porque já assimilara o sotaque regional e conhecia perfeitamente os costumes e ditos dos ribeirinhos.

Depois de 25 anos pilotada por Léo Halliwell, tendo percorrido mais de 300.000 milhas e atendido a mais de 250 mil pacientes numa variedade sem par de casos e doenças, a LUZEIRO I passa a outras mãos, e hoje, 50 anos depois, ainda está singrando as águas do Amazonas, levando lenitivo ao sofrido caboclo da Amazônia.

Léo e Jessie regressaram aos Estados Unidos, levando uma comenda: a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, o reconhecimento do País a que tanto amaram e entregaram os melhores dias de suas vidas".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fideleino Tolentino.

Tendo declinado, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando, nesta tarde, um requerimento pedindo apoio desta Casa para implantação de uma escola agropecuária em Maringá.

Justifico o requerimento da seguinte forma.

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Professor Edson Machado de Souza, DD. Secretário de Estado da Educação, apresentando apoio desta Casa à reivindicação da Micro-Região 9, que propõe a implantação de uma ESCOLA AGROPECUÁRIA, a nível de segundo grau, no Município de Maringá, conforme Projeto

de Implantação encaminhado àquela Secretaria pelo Prefeito João Paulino Vieira Filho, de Maringá.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

A implantação de uma Escola Agropecuária a nível de segundo grau no Município de Maringá, consolida os anseios de uma população essencialmente agropecuarista, predominante nos 27 municípios da Nona Micro-Região, cuja área de influência é Maringá.

Dizer da influência da agropecuária naquela região, é voltar às raízes do desenvolvimento sócio-econômico do Norte do Paraná, que teve e ainda tem na agricultura e na pecuária, sua principal razão de vida. Seria recordar que ali se encontravam e se encontram as terras mais férteis do Paraná, que atraiu, na época de sua colonização, companhias particulares que "empreenderam a mais significativa obra de colonização dirigida no território brasileiro", através da concessão de terras feita pelo Governo do Estado, destacando-se entre elas a Companhia de Terras Norte do Paraná, liderada inicialmente por um grupo estrangeiro, e que em 1944 foi vendida a um grupo de empresários paulistas, passando a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

O café foi seu principal produto agrícola, cuja queda de produção teve como origem as condições climáticas desfavoráveis, o preço do café no mercado internacional e conseqüente política de erradicação do café (1962), a política de desenvolvimento da pecuária e a escala de produção de novas culturas, como a soja e o trigo, com o desaparecimento das pequenas e médias propriedades rurais, transformadas em grandes, resultando em mudanças consideráveis no perfil fundiário da região.

Dos produtos agrícolas, predominam na região o café, a soja, o algodão, o trigo, o milho, o feijão, a mamona, a hortelã, a cana-de-açúcar e a mandioca. A pecuária, em menor escala que a agricultura, apresenta com destaque o gado bovino, e ainda as criações de suínos, eqüinos, muares, ovinos, coelhos e caprinos. Cite-se também a avicultura.

A expansão das atividades da área primária contribuíram para a estruturação do setor secundário e do terciário. Compatível com a política do Governo Federal — assegurar o equilíbrio industrial das diversas regiões brasileiras —, o Paraná "vem desenvolvendo grande esforço de implantação e de consolidação do eixo industrial Londrina - Maringá, principalmente de agro-indústrias básicas de insumos e equipamentos agrícolas" (PDG-1979/82 - UEM).

Analisando-se dados estatísticos referentes à economia do Município, pode-se verificar a influência de Maringá na região, como centro de comercialização, de industrialização e de prestação de serviços de produtos do setor primário, ou seja, dos principais geradores de renda interna.

Maringá não é o maior produtor, mas canaliza nada menos que 70 por cento dos produtos regionais hortigranjeiros e frutigranjeiros, sendo considerado como grande centro abastecedor regional.

O setor industrial de área de influência de Maringá, bem como do Estado, está vinculado às atividades primárias, representando grande apoio à agricultura, à pecuária e à extração, com grandes oportunidades de investimento.

Dai, seu papel importante de polarização como centro de industrialização dos produtos primários em dois grandes grupos, ou sejam: indústrias de transformação, indústrias de beneficiamento, destacando-se nas primeiras, os produtos alimentares.

O setor terciário, na economia da área de influência de Maringá, tem características fundamentais de comercialização dos produtos primários e de abastecimento de insumos agrí-

colas, bens de capital rural e bens de consumo industrializados, importados de outras regiões.

É este o setor principal responsável pelo emprego de mão-de-obra, principalmente feminina. Paralelo ao secundário, é considerado um dos principais geradores da renda interna do município.

Neste setor, destacam-se as atividades do comércio, como as mais importantes, seguindo-se as de transportes, comunicações, armazenagem, financiamento da produção e da comercialização, todos eles ligados à área primária.

Se o emprego no Norte do Paraná era essencialmente agrícola, entretanto a substituição de culturas permanentes por culturas temporárias vem provocando uma diminuição relativa das ocupações no setor primário, e aumento no terciário, isto devido ao baixo nível de industrialização da região, como também o grau de dependência do setor primário, na geração de empregos.

A incapacidade das atividades urbanas no setor secundário em absorver a nova oferta de mão-de-obra, poderá criar a marginalização de bens e de serviços.

Sendo o Paraná um Estado essencialmente agrícola e a maioria da população ativa dessa área sem formação de primeiro grau, muito menos ainda de segundo, há necessidade premente de formar pessoal para atuação na área econômica primária, habilitando-os para o emprego de tecnologia adequada à exploração da terra.

Os egressos de cursos já existentes em 14 municípios do Estado, não suprem as carências do mercado de trabalho da região de influência de Maringá.

Para uma melhor visualização da carência existente de mão-de-obra técnica no setor agropecuário, de 27 municípios que compõem a Micro-Região 9, aproximadamente 13 possuem elementos qualificados, embora em número insuficiente, para exercerem as atividades neste setor.

Do pessoal ativo na área econômica primária, a grande maioria sem formação elementar, 73,1 por cento do sexo masculino e 95 por cento do sexo feminino, percebem menos de um salário mínimo.

Analisando os dados coletados junto aos 27 municípios da Micro-Região 9, para a caracterização da clientela de segundo grau de ensino, verificaram-se os seguintes resultados.

Da população total de 526.929 habitantes, 90.767 são estudantes do primeiro e segundo graus, dos quais 86 por cento correspondente ao primeiro e 14 por cento ao segundo grau, dados estes que demonstram que, somente uma parcela pouco significativa, tem acesso ao segundo grau de ensino.

Entre as causas, indica-se:

- inexistência de escolas de segundo grau em alguns municípios da Micro-Região 9;

- inexistência de escolas de segundo grau na zona rural, com exceção de Ivatuba, que dispõe de uma escola particular, funcionando em regime de internato, atendendo uma clientela proveniente de vários pontos do Estado, inclusive de Estados vizinhos e até mesmo de países vizinhos;

- número de escolas de segundo grau na região inferior ao das de primeiro grau; para o primeiro grau, há 396 escolas distribuídas nas três redes de ensino, predominando na rede pública estadual e municipal, sendo que para o segundo grau há 34 escolas, das quais o Município de Maringá abriga 11, com predominância da rede particular, em número de sete, sobre a estadual, quatro;

- a despeito da predominância da rede particular de segundo grau de ensino em Maringá, a maioria da clientela é proveniente de famílias de baixa renda, dificultando assim o acesso à rede particular e justificando-se um grande número de mão-de-obra desqualificada na região, principalmente na zona rural.

Observe-se ainda a diferença considerável entre o número

de alunos que ingressaram na primeira série do primeiro grau e os que chegaram até a oitava série.

Dos alunos matriculados no primeiro grau, 50 por cento aproximadamente residem nos centros da cidade, 32 por cento estão na periferia e 18 por cento são da zona rural.

Entretanto, nem sempre esses alunos estudam nos mesmos locais de residência, pois os dados revelam que dos 18 por cento da zona rural, somente 4 por cento estudam no próprio meio, apesar de ser a zona rural a que conta com maior número de escolas, atingindo 68 por cento da totalidade e que este valor não signifique reais possibilidades de estudo, pois, as escolas rurais existentes na região, apresentam sempre uma ou duas salas de aula por unidade, para atendimento de alunos de primeira a quarta séries do primeiro grau, em condições materiais precárias, muitas vezes com um único professor para todas as séries, globalizados numa mesma sala, o que dificulta o rendimento escolar e a melhor qualificação desses alunos.

Dai a razão pela qual 78 por cento dos residentes na zona rural terem preferência para escolas dos centros das cidades e a facilidade criada pelos próprios municípios para os deslocamentos do pessoal da zona rural para frequência nas escolas das cidades, através do serviço de transporte escolar, bastante significativo nos municípios da Micro-Região 9.

Observando a clientela de sétima e oitava séries, prováveis candidatos para os cursos de segundo grau, constatou-se que, independentemente de sexo, 47 por cento encontra-se na faixa de 13 a 14 anos, 16 por cento entre 11 e 12 anos e 37 por cento acima dos 14 anos. A significativa incidência de alunos com idade superior à faixa determinada para o primeiro grau, frequentando inclusive escolas de ensino regular, deve-se, entre outros fatores, aos seguintes:

- a) ingresso tardio na primeira série do primeiro grau;
- b) falta de escolas, principalmente na periferia e na zona rural, oferecerem as séries finais do primeiro grau (de quinta a oitava séries);
- c) falta de escolas que ofereçam a modalidade supletiva em especial a segunda fase (de quinta a oitava séries), sendo que as existentes, por serem particulares, dificultam a frequência aos menos favorecidos em razão de serem pagas; em Maringá, por exemplo, a despeito da existência de diversas escolas particulares supletivas, de segunda fase, ocupando inclusive salas ociosas da rede escolar estadual, não obstante a população estudantil dessa faixa etária ser superior a quinze mil, não há uma única escola supletiva sequer dessa fase supletiva;
- d) condições sócio-econômicas da família, cuja análise far-se-á a seguir.

Da população estudantil de primeiro grau, 62 por cento só estudam e 38 por cento estudam e trabalham, constituindo assim a clientela economicamente ativa. Dos que trabalham, verifica-se que a maior percentagem está na zona rural, vindo a seguir os da periferia e do centro.

É importante considerar que, se a maior percentagem dos que trabalham se encontra na zona rural, é porque na maioria dos municípios da Micro-Região 9 as atividades agrícolas são ainda as que absorvem o maior número de mão-de-obra desqualificada, abrangendo grande número de menores.

Embora o índice dos que apenas estudam seja bastante significativo em relação aos que conciliam estudo e trabalho, observa-se que a renda familiar mensal da clientela encontra-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos atingindo 42 por cento da população, aparecendo a seguir, na faixa de 3 a 5 salários, 25 por cento, de 5 a 9 salários 11 por cento, e 14 por cento acima de 8 salários, sendo que 9 por cento deixaram de informar as rendas. Segundo esses dados, o nível sócio-econômico da população oscila de médio para baixo.

Como decorrência do grande número de famílias de baixo poder aquisitivo, justifica-se uma percentagem elevada

de crianças que ingressam na força do trabalho sem ter concluído o primeiro grau, prejudicando em parte o rendimento e o desenvolvimento normal dos anos de escolarização.

Da clientela que trabalha e estuda, nota-se que 33 por cento exercem atividades na lavoura, 31 por cento atividades comerciais, 32 por cento atividades domésticas, e dois por cento atividades industriais, tendo dois por cento deixado de informar sua área de atuação.

Como se pode observar, a zona rural detém o maior índice da população estudantil economicamente ativa. Considerando-se a carga horária de um trabalho efetivo, diário, dessa clientela, tem-se 5 por cento trabalhando uma jornada inferior a quatro horas, em geral no próprio lar, 22 por cento em jornada de 4 a 6 horas, 62 por cento em jornada de 6 a 10 horas, e 9 por cento registrando jornada superior a 10 horas (2 por cento deixaram de informar a respeito).

Tais fatores sócio-econômicos são os responsáveis em grande parte, das altas taxas de repetência, principalmente de primeira para a segunda série do primeiro grau, na ordem de 50 por cento dos matriculados na primeira série e dos altos índices da evasão escolar, sendo que, em termos de Estado, em 1976, essa evasão foi na ordem de 60 por cento para alunos de primeira e quarta séries, e de 30 por cento para os de quinta a oitava séries.

Constata-se ainda como possíveis causas de evasão:

- a) a necessidade de estudar e trabalhar na fase infantil, pré-adolescente e adolescente;
- b) a falta de condições físicas da maioria para trabalhar e estudar ao mesmo tempo;
- c) a necessidade de estudar no período noturno;
- d) o baixo rendimento escolar dessa clientela, tendo em vista o desgaste físico e mental, má nutrição e falta de tempo para estudos complementares;
- e) as escassas possibilidades de acesso à escola;
- f) ausência nas escolas, logo após os primeiros anos de estudo de alunos para ingresso na força de trabalho;
- g) a necessidade de perfazer jornadas de trabalho superior a oito horas;
- h) as dificuldades financeiras das famílias para manterem os filhos por muito tempo nas escolas.

Se as dificuldades apresentadas pela população de baixa renda, quanto à permanência nas escolas de primeiro grau, são inúmeras em relação ao segundo grau, essas dificuldades são ainda maiores, considerando-se que nem todos os municípios da Micro-Região 9 têm escolas desse grau e que os cursos oferecidos nem sempre correspondem aos interesses e necessidades dessa clientela, em razão dos poucos empregos existentes relacionados a esses cursos, e o número reduzido de vagas ofertadas por essas escolas de segundo grau.

Nota-se porém, que 95 por cento da população estudantil de primeiro grau aspira o segundo grau, provavelmente a última jornada de estudos para muitos. Para eles, esse grau de ensino apresenta importâncias significativas, tais como: para uma grande parte, 35 por cento prepara-os para melhor exercer uma profissão; para outros, 31 por cento, oportuniza aos que o terminarem possibilidades de mais e melhores empregos; para uma outra parte, 26 por cento, prepara-os para o vestibular; e para uma minoria, 2 por cento, significa elevação de "status" e da renda econômica.

Daqueles que não pretendem pelo menos no momento, cursar o segundo grau, os motivos apresentados foram:

- por falta de recursos financeiros, precisam trabalhar e ajudar a família na sua manutenção — 33 por cento;
- julgar que só o primeiro grau é suficiente — 29 por cento;
- não existe no município o curso que desejam fazer — 12 por cento;
- apresentaram motivos diversos — 18 por cento;

— deixaram de opinar — 8 por cento.

Em relação ao grupo que aspira o segundo grau, observa-se que a razão mais forte apresentada por eles é a necessidade de preparação para a consecução de melhores empregos.

Quanto à escolha do segundo grau, verifica-se que, apesar da ênfase dada pela Lei 5692/71, à “sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho”, objetivando ao aluno, além de outras oportunidades, “a de realizar diferentes tipos de atividades que lhe permitam evidenciar aptidões, vocação e interesses, para assim melhor escolher com mais acerto a profissão que mais se coadune com suas aptidões e traços de personalidade”, tal finalidade não vem sendo cumprida pela maioria das escolas, considerando que somente dois por cento da clientela fez a escolha baseada em orientações oferecidas pelas escolas, outros dois por cento o fizeram influenciados pela família, 39 por cento após uma análise de uma lista de perfil dos cursos de segundo grau existentes na Micro-Região, sendo que a maioria destes o fez sem maiores esclarecimentos e orientações.

Outros 48 por cento, registraram a escolha fazendo simplesmente uma relação entre o curso apresentado e as coisas que gostam de fazer, e 9 por cento da clientela deixou de apresentar sua escolha, indicando dúvida quanto à tomada de decisão, embora estivessem na última série do primeiro grau, às portas do segundo.

Analisando os dados sobre a escolha dos cursos de segundo grau, importante é observar que há predominância na escolha das áreas econômicas terciária e secundária em relação à primária, o que vem a ser um paradoxo, tendo em vista que os municípios da Micro-Região 9 são essencialmente agrícolas.

Dos cursos apresentados para os estudos de segundo grau, 60 por cento são de Contabilidade e de Magistério, 20 por cento de Básico de Saúde, 10 por cento de Técnico Comercial e apenas 5 por cento de Agropecuária.

O desinteresse da clientela pelos cursos do setor primário prende-se a fatores, tais como:

— falta de maiores incentivos e orientação por parte da escola;

— número reduzido de escolas e vagas com cursos técnicos da área primária;

— os cursos existentes nessa área deixam muito a desejar;

— pouca valorização dos trabalhos ligados à área primária, onde existe grande número de mão-de-obra desqualificada.

Dos dados concretados nos 27 municípios da Micro-Região 9, constatou-se:

a) de sua área de 6.513.565 km², 5.034,19 km² são ocupados pela produção agrícola;

b) de uma população de 526.929 habitantes, 187.567 residem na zona rural;

c) da população residente na zona urbana, uma parcela considerável atua na zona rural, ocupando-se de atividades agropecuárias;

d) os 27 municípios pesquisados desenvolvem atividades agropecuárias, alguns em grande escala, outros em pequena;

e) a economia predominante na Micro-Região é agrícola, produzindo café, soja, algodão, trigo, feijão, milho, cana-de-açúcar, arroz, amendoim, hortelã, mandioca, mamona e outros, seguindo-se a pecuária, com boas perspectivas quanto à sua expansão;

f) a existência de indústrias de transformação de produtos da área primária, como: usinas de álcool e de açúcar, laticínios, beneficiadores de cereais, extração e refinação de óleo de soja, de milho, de algodão e de amendoim, serrarias, curtumes, carvão de ossos, rações, farinha de carne, farinha de trigo e de mandioca, frigoríficos, apresentando também boas perspectivas de novos investimentos, particulares e municipais, nesses setores;

g) Já em 1976, em relação aos números apresentados por outras regiões e em relação a números do Estado, a Micro-Região 9, apresenta um índice significativo de criação de aves, bufalinos, caprinos, coelhos, eqüinos, muares, suínos, com perspectivas de expansão.

h) grandes incentivos à agricultura e à pecuária têm sido promovidos pelos Governos Estadual e Federal, através de financiamentos e orientações técnicas de cultivo;

i) a agropecuária, retaguarda da economia regional e estadual, é fator importantíssimo para o processo de desenvolvimento da região, garantindo seu ingresso e o do Estado na era da industrialização;

j) o homem do campo vem aceitando de bom grado as técnicas modernas, orientadas por técnicos;

l) o número reduzido de técnicos agrícolas atuando na Região, considerando a importância deles para o desenvolvimento agrícola e que a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (CONAGRI) estabelece o mínimo de um técnico para cada grupo de cem agricultores, de propriedades rurais de pequeno porte, e que as propriedades de médio porte não podem prescindir da orientação do técnico;

m) algumas empresas ligadas à área econômica primária têm contratado técnicos agrícolas de outros Estados;

n) as escolas de segundo grau da Região, têm dado maior ênfase à formação de técnicos e auxiliares para ingresso na área econômica terciária, principalmente de prestação de serviços (comerciais);

o) a existência de apenas uma Escola Agrícola, de entidade particular, atendendo clientela de vários Estados do Brasil e até mesmo do exterior, com vagas reduzidas, e de duas Escolas Estaduais oferecendo a Habilitação Básica em Agropecuária, sem condições mínimas de oferecerem um ensino de qualidade na respectiva área;

p) da clientela que estuda e trabalha, 33 por cento exercem atividades na lavoura, sendo que muitos não têm condições de irem além da oitava série do primeiro grau, uma vez que nem todos têm preferências pelo comércio;

q) há interesse da comunidade e das autoridades locais e regionais para implantação de uma Escola Agropecuária para atender a região, e que o Município de Maringá, centro polarizador da região, conta com oportunidades para implantação dessa escola;

r) a baixa produtividade agropecuária é causada pela falta de conhecimentos técnicos, o que leva à perda de estímulos e à fuga do lavrador para outras áreas, terciária e secundária, frustrando-se aí também por falta de preparo técnico, contribuindo para a baixa produtividade e menor desenvolvimento.

Por todas estas constatações, e considerando-se:

— que o desenvolvimento de uma região, de um Estado ou de uma Nação se condiciona aos fatores superfície de terra em exploração, volume do capital invertido em bens produtivos, qualidade da força de trabalho, qualidade e eficácia das técnicas de produção, volume de força de trabalho;

— que o Município de Maringá e a região começaram a atingir sua fase propulsora de desenvolvimento e, paralelamente à exigência de quantidade de produção, faz-se urgente a necessidade de qualidade dos bens produzidos;

— que a agricultura é a fonte de alimentos e a curto prazo será a fonte de recursos energéticos;

— que a atual política de desenvolvimento apresenta novas perspectivas para o setor agropecuário, sendo uma das metas prioritárias favorecer o crescimento do mesmo;

— que o desenvolvimento nos dias de hoje depende da competência da mão-de-obra e de rápida assimilação das novas técnicas dentro da agricultura e que cada vez mais se faz necessário preparar o homem para dominar seu meio ambiente, possibilitando-lhe conhecimentos que oportunizam a solução dos problemas diversos, a utilização mais rápida e racional de

defensivos agrícolas e para aumentar a capacidade de organização da comunidades;

— que a política educacional do momento está vivamente preocupada em capacitar grande massa populacional no que se refere à mão-de-obra especializada, principalmente entre jovens;

— que a meta governamental de fixação do homem no campo exige, por parte das administrações públicas, não apenas condições de moradia e de incentivos financeiros, mas também a oportunidade de aprendizagens científicas e tecnológicas sobretudo agrícolas, para que ele possa “desempenhar um papel ativo dentro da prioridade conferida pelo Governo à agricultura”.

Por todas essas razões, Senhores Deputados, Senhor Presidente, e para outras mais, justifica-se a implantação de uma Escola Agropecuária, de nível de segundo grau, como necessidade imperiosa e urgente, contribuindo assim para o progresso local, regional, estadual e nacional, favorecendo a milhares de filhos de agricultores, de pecuaristas e de outros que assim o desejarem, a oportunidade de especialização na área primária, sem, para tanto, serem obrigados a se mobilizarem para outras regiões.

Os cursos propostos são de Habilitação Técnica e Básica em Agropecuária, de Habilitações Auxiliares Técnicas em Agentes de Defesa Sanitária Vegetal e Animal, e em Administração de Fazendas.”

O presente requerimento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tem por finalidade em seus números estatísticos levantados numa região apenas, do Estado do Paraná, evidenciar que a fixação do homem ao campo, não depende apenas de financiamentos agrícolas a determinadas lavouras nos seus momentos oportunos e nem tão pouco, da luta, em momentos psicológicos favoráveis em favor de preços das mercadorias acolhidas. Depende, isto sim, de uma reformulação total do sistema de ensino em nosso País, voltando-se às escolas dos pequenos municípios para o ensino da agricultura, da agropecuária.

O que não se entende, é que, os pequenos municípios de nosso Estado, ao invés de terem escolas voltadas para a agricultura, aí sim, aumentar-se a produtividade agrícola, preparando os filhos de nossos agricultores para as atividades em suas respectivas propriedades, são criados cursos de contabilidade, de auxiliar de enfermagem, curso de magistério. Nada tendo a ver com a realidade local.

Isto provoca uma distorção e provoca o êxodo rural que todos nós combatemos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. (Declina) A Mesa consulta à Liderança do PP.

Com a palavra o Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“A imprensa local divulgou, em maio, com grande estralado, declarações do Sr. Edson Neves Guimarães, Secretário de Finanças do Estado, segundo as quais o balanço de 1980 fechou com sobra de caixa, no montante de Cr\$ 2.600.000,00. A receita tributária e os repasses federais atingiram a quarenta e três bilhões, enquanto a despesa não ultrapassou Cr\$ 38.500.000.000,00.

Com a autoridade que o cargo lhe empresta, o Sr. Edson Neves Guimarães adiantou que, para o corrente exercício, o orçamento aprovado não ultrapassa de Cr\$ 60.000.000.000,00 e a receita prevista chegará aos Cr\$ 75.000.000.000,00, com um superávit, portanto, de quinze bilhões.

A situação financeira do Paraná se mostra tão satisfatória que o Governo passou a operar no “open-market”, nele aplicando os excedentes da arrecadação. É claro que as operações no “open-market” dão rendimento extra, graças ao que o tesou-

ro vai engordando cada vez mais.

Este nosso quadro financeiro não coincide, entretanto, com o negrume da situação do funcionalismo público em geral. A classe, representada pelo pessoal da ativa e pelo pessoal da inatividade, atravessa momentos extremamente difíceis. Se ao erário público sobram excedentes de arrecadação, e se, em 1981, tais sobras, sobre o orçamento aprovado, serão de ordem de quinze bilhões de cruzeiros, o servidor público, civil e militar, ativo ou inativo, não vê como atender aos seus mais urgentes compromissos no lar, com alimentação, vestuário, aluguel, condução, transporte. A cada mês, o dinheiro encurta sempre mais, engulido pela desenfreada espiral inflacionária.

A Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná encaminhou substancial estudo ao Chefe do Executivo estadual, no qual, com realismo e sinceridade, mostrou a defasagem que os associados vêm sofrendo nos salários, não só pelo fato do aumento anual ser inferior aos índices da inflação, mas também pelo fato de que os preços dos artigos de primeira necessidade vão subindo sem controle.

No entanto, Sr. Presidente e nobres Deputados.

Não podemos permanecer silenciosos e apáticos diante da angústia e do desespero dos professores suplementaristas. É de ciência pública que essa importante parcela do nosso magistério, embora assídua às aulas, está com os vencimentos em atraso há quatro e cinco meses. O professor dedica tempo integral ao exercício de suas atividades na escola. Não tem “bico”, e não faz “biscate”. Vive, pois, única e exclusivamente, do que ganha como professor.

Se o pagamento atrasa, é bem de ver-se quanta dificuldade ele padece. Começa forçada e constrangedoramente, pelo atraso do aluguel, do armazém, do padeiro, do açougueiro, do leiteiro e do prestamista de roupas e de utilidades para o lar. Sua vida se transforma numa tragédia, com os credores a lhe baterem à porta, ou de irem envergonhá-lo na própria escola. Ademais, convém lembrar que a interrupção no recebimento dos vencimentos por quatro, cinco ou mais meses, resulta, por outro lado, na desvalorização desses vencimentos, em decorrência da desvalorização progressiva da nossa moeda. O credor aceita, até certo limite, a desculpa do atraso de vencimentos. Tolerar aguardar um mês, dois meses. Depois disso, passa a considerar o professor como caloteiro, e submete-o aos piores vexames.

Estamos informados de que o próprio Banco do Estado do Paraná participa dessa campanha de humilhações contra o desamparado professor suplementarista. Existem agências do referido estabelecimento que, por uma diferença a menor de cinquenta cruzeiros, encerram contas de professores, que, no entanto, têm a receber de Cr\$ 120.000,00 a Cr\$ 150.000,00. O devedor relapso e descriterioso é o Governo, mas quem sofre vexames e humilhações é o professor. Não de convir os nobres Deputados que está plantada aí uma situação de injustiça.

Se o Tesouro do Estado nada em sobras financeiras de 1980, e se a previsão para 1981 é a de aumento do superávit, como justificarem-se, então, o atraso de vencimentos dos professores suplementaristas e o não reajustamento, mediante um abono de emergência dos vencimentos do pessoal da ativa e da inatividade?

No humanitário propósito de sensibilizarmos os poderes competentes, pedimos o encaminhamento, depois de ouvida a Casa, de dois requerimentos. O primeiro, ao Sr. Governador do Estado, para concessão de um abono de emergência a todo o funcionalismo, civil e militar, e aos aposentados. O segundo, ao Sr. Secretário de Educação, para reparação da grave injustiça de que estão sendo vítimas os professores suplementaristas, com o rápido pagamento do que o Estado lhes deve.

Fazemos, por último, veemente apelo ao ilustre Líder do Governo, nobre Deputado Erondy Silvério, no sentido de determinar que os dignos representantes do PDS, já indicados, dêem presença para a instalação e o funcionamento da Comissão

Parlamentar de Inquérito sobre o Achatamento Salarial do Servidor Público do Estado”.

Era só, Sr. Presidente.

(Encaminha à mesa os dois requerimentos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PMDB.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usaremos os primeiros dez minutos e depois o Deputado Fiori Luiz, falará.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Exercer os mandatos Parlamentares, em defesa dos interesses nacionais, democráticos e populares, é uma missão que dignifica o político nesta quadra da vida brasileira, ainda tão marcada pelas condições impostas pela vigência de um regime que se constituiu na negação mais profunda desses interesses. Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é esta disposição de luta em favor de nosso povo que alimenta esta corrente cada vez mais ampla na sociedade em favor de mudanças.

Em nossa bancada, temos hoje um novo Parlamentar. O Sr. Deputado Renato Bueno vem somar sua inteligência, sua fé na democracia, sua luta contra a corrupção, sua compreensão dos interesses populares a nós oposicionistas que lutamos por profundas mudanças na vida econômica, social e política do Brasil.

A adesão a nossas forças de homens como Renato Bueno confirma nossa certeza de que estamos trilhando o caminho certo, o caminho melhor para a ampla maioria de oprimidos que constitui o povo brasileiro. Demonstra que nosso Partido cresce na confiança de democratas e empolga todos aqueles que sempre tiveram na justiça social um princípio a ser defendido com vigor e desprendimento.

Nossa bancada não está acrescida apenas de mais um membro. Somou a dignidade de um Parlamentar que todos os Srs. Deputados souberam comprovar nestes anos de convivência.

E a prova maior de sua honestidade, senhores, está em sua decisão política mais importante: deixar um Partido que se encontra no Governo para se inscrever num Partido de Oposição, cujo único respaldo é a credibilidade popular e outro instrumento político não tem que não seja sua capacidade de convencimento em torno de posições nítidas sobre a democracia que queremos, os interesses populares que defendemos e a Nação que pretendemos construir sobre os pilares de uma autêntica sociedade justa e igualitária.

Mais fácil, senhores, é desfrutar das benesses da convivência. Mas a consciência digna do Deputado Renato Bueno o inscreve hoje entre os Parlamentares da Oposição que se unem em torno de princípios que colocam mais altos que qualquer disposição marcada pelo interesse pessoal.

Nós, da Bancada do PMDB, saudamos este nobre Deputado como nosso mais novo companheiro nesta luta que nos põe frente a desafios tão grandes, mas convencidos do sucesso da boa luta, da luta que dignifica e merece homens como Renato Bueno ao seu lado.

Toda a nossa bancada se regozija com a confiança que Renato Bueno ora deposita em nosso Partido tornando-se um de seus membros destacados pela sua grande liderança popular em Cascavel e São José dos Pinhais, onde, senhores, tivemos recentemente o exemplo inverso. Homens que abando-

naram a boa luta pela comodidade de estarem acercados do poder e de suas vantagens.

O PMDB ainda será poder. Mas para exercê-lo como veio pregando, com disposição democrática. E será poder com aqueles que agora se embrenharam na luta para conquistá-lo ao lado do povo deste Estado. Renato Bueno é o melhor exemplo dessa disposição.

Darei, rapidamente, aparte, por uma gentileza ao Deputado Renato Bueno, posteriormente ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Renato Bueno — Quero agradecer a saudação que Vossa

Excelência faz, nesta oportunidade em que integro a Bancada liderada brilhantemente por Vossa Excelência, como consequência da minha filiação no Partido do PMDB.

Tenha Vossa Excelência, e meus novos companheiros de Partido, a certeza de que procurarei, dentro desses princípios éticos que têm norteado a minha vida política, ser fiel, leal às diretrizes emanadas do Partido e da Liderança de Vossa Excelência, como já o fizera, mesmo sentindo, muitas vezes, ao Partido que pertencia.

Sempre fui leal, submisso até, às determinações da Liderança do PDS, quando a ele pertencia.

De maneira que agradeço, sensibilizado, as palavras bondosas de Vossa Excelência a respeito de minha pessoa.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço. E é com muito

entusiasmo que sentimos, entre nossos militantes, entre nossa Bancada, essa sua presença que vem nos auxiliar na construção, na elaboração desta crônica de luta democrática, de estímulo à participação popular e que possamos, realmente, construir em nosso País, em nosso Estado, uma sociedade mais justa, mais igualitária, com mais liberdade e democracia. Sei que esse é o sonho de todos nós. E sua presença, realmente significa muito mais avanço nesta jornada por certo nada fácil, difícil, e por isso dignificante.

Concedo-o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Agradeço ao ilustre Deputado Nelson

Friedrich por me conceder este aparte. E ao nosso grande Deputado e amigo Renato Bueno que pertence, hoje, dignamente à Bancada do PMDB.

Nossos aplausos a Vossas Excelências, a nossa admiração pela captação que fizeram, ao adquirir um homem do PDS, para sua bancada.

Isso dignifica o Paraná, dignifica a Assembléia e nos impele mais à luta em favor do povo paranaense, a essa luta que também é de nossa bancada, dos homens que não se entregam, que é a luta dos homens que não são atraídos pelo canto da sereia, que é a luta dos homens que trabalham pelo seu povo, pelo Paraná, por sua gente.

É a luta dos homens que dignificando a figura honesta, sincera do Deputado Renato Bueno, ficam aqui nesta trincheira democrática que é a trincheira do nosso Partido, que é a trincheira dos homens que sabem e que deixam de ser bigorna, para ser martelo, martelo ao lado do povo, martelo, Deputado, ao lado do povo do Paraná, nesta luta em que perdemos um companheiro, que vai para o outro lado. Sentimos esta perda. Perdemos uma batalha, mas não perdemos a luta, porque nós estamos do lado do povo, temos em nosso Paraná, o Governador Ney Braga, que há de dar espaço para todos os companheiros, que há de dar espaço para os homens que não se acovardam, para os homens que hão de vencer novamente, para os homens que hão de vencer porque eles também têm um ideal.

Nós não estamos claudicando, nós estamos ao lado do Paraná, e já demos demonstração em 1974, já demos demonstração em todas as lutas, de que nossa bancada é majoritária.

Por que? Porque, o povo está do nosso lado e haveremos de dar demonstração meu Paraná, haveremos de dar demonstração, meu Líder do PMDB, que haveremos de ganhar as eleições para o bem do Paraná, para que o Paraná continue nessa trajetória, para que o Paraná procure aplicar o dinheiro do povo, em benefício do próprio povo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que resta um minuto para a conclusão do seu relatório.

O Sr. Gabriel Manoel — Eu complemento.

Vossas Excelências ganharam uma parada, mas não ganharão a guerra, porque Vossas Excelências vão ser governo, quando seus netos estiverem sentados aqui, porque enquanto tiverem homens do gabarito dos Deputados do PDS, nós não nos entregamos porque estamos ao lado do povo e o povo entende a mensagem dos nossos Deputados.

Muito obrigado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Nelson Friedrich?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Com muito prazer, até prefiro dispensar os comentários do aparte recebido, o que é muito melhor.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Como homem de Cascavel, um dos modestos ou o mais modesto dos representantes de Cascavel realmente tenho que me manifestar, com muita alegria, com júbilo até. Esta complementação da representatividade oposicionista de Cascavel.

Realmente nós não conseguíamos, embora com muito esforço, preencher a necessidade da Oposição de Cascavel, agora enriquecida com a vinda do eminente Deputado e grande amigo Renato Bueno.

Já em 1972, quando iniciava a minha carreira política, foi meu eleitor para vereador de Cascavel. Ajudou a vencer as eleições para Prefeito de Cascavel, que foi uma das mais memoráveis em termos de Oposição, e hoje aquela esperança que nascia em 1972 está assentada, concretizada e que nos faz até acreditar que está próximo o advento, não só de Cascavel, mas também do próximo Governo do Estado.

Parabéns, as mais calorosas homenagens e acolhidas a Renato Bueno, este grande valor moral, ético e profissional, além de político, para Cascavel.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço e concluo, Sr. Presidente. O atestado de desprendimento do Deputado Fidelcino Tolentino, comungando da mesma área, isso prova o engrandecimento deste Partido, os projetos pessoais é que muitas vezes deturpam e diminuem uma atividade partidária, e é isso o que nós não estamos vendo aqui.

Por isso e por muitas outras coisas, termino dizendo e repetindo que a consciência digna do Deputado Renato Bueno, na verdade o inscreve hoje entre os Parlamentares da Oposição, que se unem em torno de princípios que colocam mais altos que qualquer disposição marcada pelo interesse pessoal.

Bem vindo a esta família que está engrandecida.

Obrigado Renato Bueno.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Agostinho Veck, Prefeito do Município de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora

do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, comunicando que passa a integrar nesta Casa, a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por ter se filiado ao citado Partido Político. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Engenheiro Ophir Ruy Woitowicz. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Creche Mundinho da Criança Tia Nair”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que autoriza o Poder Executivo doar imóveis que especifica, ao Município de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 01/81, (Mens. Govern. n.º 01/81), que aprova os termos aditivos entre o Governo do Estado e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos respectivos municípios. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 11/81, (Mens. Govern. n.º 09/81), que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Guairacá e Xambrê, visando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede dos municípios citados. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 18/81, (Mens. Govern. n.º 19/81), que aprova o Convênio FNDU n.º 81/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através de Órgãos que especifica e o Município de Guaíra, com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 22/81, (Mens. Govern. n.º 23/81), que aprova Convênio FNDU n.º 89/80, celebrado entre o Ministério do Interior, o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, com a interveniência de Órgãos que especifica, objetivando a execução de projetos, obras e serviços mencionados. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/80, de autoria do Deputado RENATO LOURES BUENO, que deno-

mina "Deputado Domício Scaramella", o Gabinete da 2a. Secretaria, da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19/80, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o "Educandário Madre Maria Crucifixa", com sede e foro na Cidade de Francisco Alves. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 19/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o EDUCANDÁRIO MARIA CRUCIFIXA, com sede e foro na Cidade de Francisco Alves, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1980.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

O Educandário Madre Maria Crucifixa, da Cidade de Francisco Alves, neste Estado, é uma entidade de caráter educativo e assistencial, fundada no dia 04 de julho de 1979, pela Congregação das Irmãs Carmelitas Missionárias de Santa Tereza do Menino Jesus, com sede a Rua Henri Balot, n.º 812, na Cidade de Francisco Alves, e tem por finalidade prestar serviços gratuitos à comunidade, e a criança carente, visando a formação integral da mesma dentro da comunidade.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais, pois está devidamente registrada em Cartório competente.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 19/80

De autoria do nobre Deputado JOÃO MANSUR, o presente Projeto de Lei n.º 19/80, visa declarar de utilidade pública o "EDUCANDÁRIO MADRE MARIA CRUCIFIXA", com sede e foro em Francisco Alves.

Analisando-se o projeto através da sua justificativa, bem como da documentação que o acompanha, e da por nós solicitada através do requerimento de fls 8, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche as normas reguladoras da Legislação Estadual pertinente ao instituto de utilidade pública.

Queremos, no entretanto, ressaltar que embora o resumo do Estatuto não mencione o exigido pelo item III, da Lei n.º 6994, a declaração da autoridade municipal anexa, no nosso entender supre-a, razão pela qual o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) Airton Cordeiro, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/80, de autoria do Deputado NILSO ROMEU SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná — ACMSOP", com sede e foro no Município de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— (Anexo Projeto de Lei n.º 34/81, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, tratando-se de matéria idêntica). Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 80/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná, com sede no Município de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980.

(a) NILSO ROMEU SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná, entidade que se pretende, por esse instrumento, seja reconhecida como de utilidade pública estadual, a exemplo de suas congêneres paranaenses destina-se, como estabelece seus Estatutos, a atuar em regime de cooperação às próprias similares, bem como órgãos estaduais e federais, entidades privadas e mistas, objetivando resguardar interesses específicos da região.

A ACAMSOP visa, além de outros objetos, atingir a integração legislativa, econômica e social dos municípios que a integram.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 80/80

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná — ACAMSOP.

Analisando-se a matéria através da sua justificativa e da documentação anexa e tendo em vista o atendimento de diligência por nós requerida, temos que o projeto está dentro das normas legais e constitucionais pertinentes ao instituto de utilidade pública vigente em nosso Estado.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) Airton Cordeiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/81, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, que declara de utilidade pública a "Associação de Clubes do Estado do Paraná-ACEPAR". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 20/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Associação de Clubes do Estado do Paraná - ACEPAR, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

(a) JOÃO ELÍSIO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Clubes do Estado do Paraná - ACEPAR -, que se pretende tornar de utilidade pública, vem prestando relevantes benefícios em favor principalmente de crianças hospitalizadas, filhas de pais desprovidos de recursos, além de atendimentos diversos, sempre que se fizer necessário a ajuda em mantimentos, agasalhos etc. Não somente em Curitiba como na região metropolitana e outros municípios.

Para uma melhor acertiva, junta-se à presente, a documentação necessária.

a) Estatutos Sociais

b) Ata de Posse da atual Diretoria

- c) Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/80
- d) Relatórios das atividades do Departamento Social da ACEPAR.
- e) Cópia autenticada da escritura pública de Instituição da Fundação ACEPAR, criada com finalidade exclusivamente beneficente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 20/81

De autoria do nobre Deputado João Elísio Ferraz de Campos, o presente Projeto de Lei n.º 20/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Clubes do Estado do Paraná - ACEPAR", com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Analisando-se o processo através da justificativa apresentada, bem como pela documentação apresentada e da encaminhada através da solicitação requerida, conforme req. de fls. 33, em data de 09/04/81, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) Airton Cordeiro, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente São João Batista", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 35/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente São João Batista, com sede na Rua Rodrigo Otávio, n.º 1126, em Curitiba-Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente São João Batista, com sede em Curitiba-Pr, é uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo a assistência às pessoas carentes e seus familiares, mediante o fornecimento de alimentação, vestuário, medicamentos e educação.

Encontra-se em pleno funcionamento e seus Estatutos atendem às determinações previstas em lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 35/81.

De autoria do nobre Deputado GABRIEL SAMPAIO, o presente Projeto de Lei n.º 35/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Beneficente São João Batista", com sede e foro em Curitiba.

Analisando-se o processo, através de documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) Airton Cordeiro, Presidente; Deni Schwartz, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o "Lar Evangélico Miriam", com sede e foro em Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 39/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Lar Evangélico Miriam, com sede e foro em Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1978, a entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, vem desenvolvendo exemplar trabalho em prol de crianças desamparadas.

Atende, no momento, 10 (dez) crianças órfãs, com recursos da própria comunidade, proporcionando assistência espiritual, educacional e social aos menores.

O reconhecimento do Poder Público a esta instituição se constitui em medida de justiça, para a qual contamos com o apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 39/81

Da lavra do ilustre Deputado EZEQUIAS LOSSO, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Lar Evangélico Miriam", com sede e foro na Cidade de Cascavel.

A entidade em questão propõe-se a atender, na medida de sua capacidade, crianças órfãs e anciãos desamparados, proporcionando-lhes assistência espiritual, educacional e social.

Cumpridas as formalidades legais, somos por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) Airton Cordeiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que revoga a Lei n.º 7.207, de 01 de outubro de 1979. (Divisas entre os Municípios de Maringá e Mandaguçu). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 40/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica revogada a Lei n.º 7.207, de 01 de outubro de 1979.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A lei supracitada, modificou as divisas entre os Municípios de Maringá e Mandaguçu, e o fez com amparo no disposto no art. 119 da Carta Estadual. Ocorre, porém, que o dispositivo prevê lei regulamentadora de seu conteúdo, a qual até esta

data não foi editada.

Assim, para evitar futuros e prováveis pleitos judiciais em torno desse aspecto, a providência restauradora da situação anterior parece-nos a mais prudente, no sentido de resguardar os interesses dos dois municípios envolvidos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 40/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, o presente Projeto de Lei n.º 40/81, tem por finalidade revogar a Lei n.º 7.207, de 1.º de outubro de 1979.

Conforme esclarece a justificativa que acompanha a proposição em exame, a citada Lei n.º 7.207, modificou as divisas entre os Municípios de MARINGÁ e MANDAGUAÇU, amparada em dispositivo constitucional, especificamente o Art. 119, cuja forma de aplicação depende de regulamentação através lei, que até a presente data não foi editada.

Dispõe o aludido preceito constitucional:

“Art. 119 - Os litígios territoriais entre os municípios serão resolvidos mediante convênio ou plebiscito, na forma que a lei estabelecer”.

Quer nos parecer, portanto, que o disposto na Lei n.º 7.207, não poderia ter sido consagrado em norma positiva, sem que antes houvesse o legislador estabelecido o conveniente procedimento para a solução dos litígios territoriais.

Com a revogação ora proposta, a própria Assembléia revê a inconstitucionalidade da Lei n.º 7.207, razão pela qual o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO,

Presidente;

DENI SCHWARTZ,

Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o “Clube do Vovô de Maringá”, com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 45/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “CLUBE DO VOVÔ DE MARINGÁ”, com sede e foro na Cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública é uma sociedade civil, de caráter recreativo e filantrópico, sem fins lucrativos.

O objetivo principal é propiciar a assistência social aos idosos, bem como atividades recreativas, esportivas e culturais, integrando-os, desta forma, novamente na sociedade maringaense.

Assim sendo, apresentamos a presente proposição, esperando dos nobres Pares que se dê o devido apoioamento e posterior aprovação nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 45/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado ANTÔNIO FACCI, o presente Projeto de Lei n.º 45/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública o “CLUBE DO VOVÔ DE MARINGÁ”, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Analizando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO,

Presidente;

DENI SCHWARTZ,

Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS — APOE”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 47/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS — APOE”, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e tem por finalidade congregar os orientadores educacionais do Estado, que primam pelo exercício legal da profissão, promovendo, também, dentro de suas possibilidades, atividades de caráter cultural e científica, visando, desta forma, a formação e o aperfeiçoamento da classe, na divulgação dos objetivos da orientação educacional em nosso Estado.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei, devidamente estudada, demonstra que a entidade, que ora pretendemos declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria, razão porque, esperamos dos ilustres Pares o devido apoioamento e sua tramitação nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 47/81

PARECER

De autoria do nobre Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, o presente Projeto de Lei n.º 47/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS” — APOE, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada

pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO, PRESIDENTE;

BASÍLIO ZANUSSO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49/81, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a “Sociedade Paranaense de Matemática”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 49/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE MATEMÁTICA, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 1981.

(a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria, tais como : personalidade jurídica; efetivo exercício da Sociedade; a não remuneração da Diretoria e relatório de suas atividades no exercício de 1980.

A Sociedade Paranaense de Matemática tem sua sede na sala n.º 9.4. do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná e tem por finalidade: promover atividades culturais com a realização de conferências, seminários e cursos de extensão sobre temas de matemática; publicação do periódico “Anuário da Sociedade Paranaense de Matemática” em cujos volumes aparecem artigos de pesquisa de matemáticos nacionais e estrangeiros; publicação do “Boletim da Sociedade Paranaense de Matemática”; promoção de “Olimpíadas de Matemática” com a participação de diversas cidades do interior do Estado.

A Sociedade conta ainda com uma biblioteca especializada, constituída de cerca de 2.000 volumes e mais de cem títulos de periódicos especializados.

A referida entidade tem sido de grande utilidade para os interessados em matemática, não só de Curitiba como de todo o território nacional já que seu acervo consta do Catálogo do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

Face ao exposto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares esperando a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 49/81

PARECER

De autoria do ilustre Deputado NELSON BUFFARA,

o presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a “SOCIEDADE PARANAENSE DE MATEMÁTICA”, com sede e foro nesta Capital.

Fundada em 1953, a entidade congrega nomes da mais alta expressão no ramo das ciências exatas, exercendo meritoria atuação nesse campo com variadas promoções de debates e pesquisas de matemáticos nacionais e estrangeiros.

Imune de qualquer vício constitucional ou regimental, o projeto preenche os requisitos legais.

Em tais condições, somos por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO,

PRESIDENTE;

WERNER WANDERER,

RELATOR.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO ALVES MEDEIROS, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora RUTH DIHEL SERRA RENZI, ocorrido na Cidade de Bandeirantes. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Secretário da Indústria e do Comércio, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo, a respeito dos empréstimos concedidos pelo BADEP e BRDE, à ITAIPU BINACIONAL, FURNAS, CENTRAIS ELÉTRICAS S/A e ELETROBRÁS. — Aprovado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

10 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 162/80, 11/81, 13/81, 29/81 e 36/81.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/80.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 19/80, 80/80, 20/81, 35/81, 39/81, 40/81, 45/81, 47/81 e 49/81.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 08/81.

Levanta-se a sessão.

ATAS DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, na Sala de Reuniões das Comissões, às dezessete horas, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, e presentes os Senhores Deputados BASÍLIO ZANUSO, DARCY DEITOS, DENI SCHWARTZ, JURANDIR MESSIAS, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, FIDELCINO TOLENTINO, WALDYR PUGLIESI e WERNER WANDERER, bem como demais Srs. Deputados, de acordo com a Resolução nº 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1). PROJETO DE LEI Nº 12/81, do Deputado EDILSON ALENCAR. Declara de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel. Relator Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor, a fim de anexar documentos. Deferido. 2). PROJETO DE LEI Nº 20/81, do Deputado JOÃO ELÍSIO. Declara de utilidade pública a Associação de Clubes do Estado do Paraná. Relator Deputado DENI SCHWARTZ. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3). PROJETO DE LEI Nº 27/81, do Deputado FUAD NACLI. Declara de utilidade pública a Creche Mundinho da Criança Tia Nair, com sede em Curitiba. Relator Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4). PROJETO DE LEI Nº 31/81, do Deputado ERONDY SILVÉRIO. Autoriza o Poder Executivo doar imóveis que especifica, ao Município de União da Vitória. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5). PROJETO DE LEI nº 32/81, do Deputado AIRTON CORDEIRO. Estabelece normas para provimento dos cargos de Assessor de Imprensa e seus auxiliares, como especifica. Relator Deputado Jurandir Messias. Deferida Vista ao Deputado Deni Schwartz. 6). PROJETO DE LEI Nº 34/81, do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA. Declara de utilidade pública a Associação de Câmaras do Sudoeste do Paraná, com sede em Pato Branco. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Requer seja anexado ao Projeto de Lei nº 80/80, por ser matéria idêntica. Deferido. 7). PROJETO DE LEI Nº 35/81, do Deputado Gabriel Sampaio. Declara de utilidade pública a Associação Beneficente São João Batista, de Curitiba. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8). PROJETO DE LEI Nº

39/81, do Deputado Ezequias Losso. Declara de utilidade pública o Lar Evangélico Miriam, de Cascavel. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9). PROJETO DE LEI Nº 40/81, do Deputado Antônio Facci. Revoga a Lei nº 7.207, de 01.10.79, como especifica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL por maioria. Voto vencido do Deputado Basílio Zanusso. Aprovado o Parecer. 10). PROJETO DE LEI Nº 44/81, do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS. Declara de utilidade pública a Associação dos Diretores de Escolas Públicas do Estado do Paraná. Relator Deputado Jurandir Messias. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 11). PROJETO DE LEI Nº 45/81, do Deputado Antônio Facci. Declara de utilidade pública o Clube do Vovô de Maringá. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12). PROJETO DE LEI Nº 47/81, do Deputado Tércio Albuquerque. Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Orientadores Educacionais, de Curitiba. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 13).— PROJETO DE LEI Nº 49/81, do Deputado Nelson Buffara. Declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Matemática, de Curitiba. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 14). PROJETO DE LEI Nº 19/80, do Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública o Educandário Madre Crucifixa, de Francisco Alves. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 15).— PROJETO DE LEI Nº 30/80, do Deputado Fidelcino Tolentino. Cria o Município de Boa Vista da Aparecida, desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, como especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 16). PROJETO DE LEI Nº 80/80, do Deputado Nilso Sguarezi. Declara de utilidade pública a Associação das Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná, de Pato Branco. Relator Deputado Werner Wanderer. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 17). PROJETO DE LEI Nº 107/80, do Deputado Antônio Facci. Veda a nomeação de cônjuge ou parentes até o 2º grau, consanguíneo ou afim de Governador, Deputado, Secretário de Estado, Magistrado, Dirigentes de Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações, Procurador, Promotor público, Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas, para cargo ou serviço dos órgãos que servirem, como especifica. Relator Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 18). PROJETO DE LEI Nº 173/80, do Deputado David Cheriegate. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor João Calisto de Medeiros.— Relator Deputado José

Tavares. Vista ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que requer seja convertido em diligência junto ao Tribunal de Justiça do Estado, a fim de pronunciar sobre o assunto. Deferido. 19). PROJETO DE LEI Nº 196/79, do Deputado ANTÔNIO FACCI. Cria o Município de Sarandi, com sede na localidade do mesmo nome e desmembrado do Município de Marialva, como especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Deferida vista ao Deputado Jurandir Messias. 20). PROJETO DE LEI Nº 125/78, do Deputado ERONDY SILVÉRIO. Dispõe sobre a privacidade do Despachante Oficial, na mediação entre contribuinte e o Departamento de Trânsito, como especifica. Relator Deputado Ezequias Losso. Deferida vista ao Deputado Deni Schwartz. 21). PROPOSIÇÃO Nº 5/81, do Poder Executivo. Mensagem nº 3/81. Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios que especifica, para implantações de Módulos Esportivos. Relator Deputado Gabriel Sampaio. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. O Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que estava com vista do processo, registra em Ata restrições às implantações de Módulos Esportivos que a Secretaria da Cultura e do Esporte faz aos municípios objetos dos convênios citados, esclarecendo ser "presentes de gregos". Aprovado o Pare-

cer. 22). PROPOSIÇÃO Nº 7/81, do Poder Executivo. Mensagem nº 5/81. Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios que especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 23). PROPOSIÇÃO Nº 17/81, do Poder Executivo. Mensagem nº 18/81. Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Cerro Azul, como especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 24).— PROPOSIÇÃO Nº 29/81, do Poder Executivo. Mensagem nº 32/81. Termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério dos Transportes, como especifica. Relator Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado AIRTON CORDEIRO, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) AIRTON CORDEIRO

Presidente

RITA SOARES BERTOLI

Secretária